



**ANÁLISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL SOB A
ÓTICA KEYNESIANA: SEU DESENVOLVIMENTO,
ASCENSÃO E ENFRAQUECIMENTO**

MARCELO SOUZA SANTOS*
JOSÉ RICARDO MARTINS**

*GRADUADO EM
TECNOLOGIA EM GESTÃO
PÚBLICA – PÓS-
GRADUADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PELO INSTITUTO
MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DE CURITIBA

**DOUTOR EM
SOCIOLOGIA PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARANÁ

ANÁLISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL SOB A ÓTICA KEYNESIANA: SEU DESENVOLVIMENTO, ASCENSÃO E ENFRAQUECIMENTO

Marcelo Souza Santos*
José Ricardo Martins**

RESUMO – O artigo tem como objetivo analisar o modelo do Estado de Bem-estar social através da teoria keynesiana, seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento (1930-1980). O papel de um Estado regulador da economia propôs uma solução à crise de 1929 e auxílio na reconstrução de países no pós-guerra. Entre as décadas de 1970 e 1980, o modelo de Estado de Bem-estar social se enfraqueceu devido a mais uma crise econômica de extensão mundial e por outros fatores, como o neoliberalismo. Metodologicamente esta é uma pesquisa qualitativa-descritiva, baseada em estudo bibliográfico que tem como questão: quais foram os fatores que colaboraram para que o Estado recuasse em sua política assistencial nas décadas de 1970-80? Como hipótese de trabalho, considera-se que o Estado de Bem-estar social busca assegurar equilíbrio econômico e proteção aos direitos individuais e sociais dos seus cidadãos, sem sair dos moldes do capitalismo. Conclui-se que o ciclo econômico que ocorreu nesse recorte temporal, possibilitou o protagonismo do neoliberalismo, mas não a anulação do Estado de Bem-estar social.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de Bem-estar Social, keynesianismo, crise econômica, administração pública, gerencialismo.

Analysis of The State of Social Well-Being from the Keynesian Perspective: Its Development, Rise and Weakness

ABSTRACT – The objective of this article is to analyze the Welfare State through the Keynesian model, its development, rise and weakening (1930-1980). A regulatory State in economy proposed as a solution to the crisis of 1929 and the post-WWII reconstruction of countries. Between the 1970s and 1980s, the welfare state has weakened because of another global economic crisis and other factors as neoliberalism. Methodologically this is a qualitative-descriptive study, based on bibliographic research which has the question: what were the factors that contributed for the State to retreat in its assistance policy, mainly between the 1970s and 1980s? And as a working hypothesis, it is considered that the welfare state seeks to ensure economic balance and protection of individual and social rights for its citizens, without leaving the framework of capitalism. The results show that the economic cycle that occurred in this timeframe made possible the protagonism of neoliberalism, but not the annihilation of the welfare state.

Keywords: Welfare State, Keynesian, economic crisis, public administration, new public management.

* Pós-graduado em Gestão Pública pelo Instituto Municipal de Administração Pública de Curitiba,
marcelossribeiro@gmail.com

** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, jricardomartins3@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Estado de Bem-estar social, usualmente conhecido como Estado Social (em inglês *Welfare State*), se configurou e fortaleceu como um modelo de organização política e econômica após a década de 1930. Seu objetivo foi a recuperação econômica através da intervenção do Estado na economia, com investimento no setor industrial para geração de empregos e na ampliação dos direitos sociais dos cidadãos em um cenário de mundo pós-guerra e crise econômica decorrente do colapso da queda da bolsa de valores Nova York em 1929, que consequentemente afetou os países periféricos. Após os seus primeiros frutos, esse modelo político de Estado de Bem-estar social foi abraçado pelos países europeus como o Reino Unido, pelo Primeiro Ministro Winston Churchill, após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, o papel do Estado como regulador nos assuntos econômicos abriu precedente para a consolidação dos direitos sociais através de políticas públicas que se tornaram dever constitucional. De acordo com Wilensky, “a essência do Estado de Bem-estar social reside na proteção oferecida pelo governo na forma de padrões mínimos de renda [...] assegurados a todos os cidadãos como um direito público, não como caridade” (WILENSKY, 1975, p. 1, tradução nossa). Pode-se partir do princípio que um Estado de Bem-estar social abrange os interesses político, econômico, social e cultural de seus cidadãos.

Exemplos práticos da implementação dos direitos sociais foram as políticas implantadas por Roosevelt, então Presidente dos Estados Unidos, conhecidas como “New Deal” (um programa político-econômico implementado pelo Presidente Roosevelt nos Estados Unidos após a crise de 1929, com o objetivo de trazer a estabilização econômica do país), e os feitos da Era Vargas no Brasil como a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943. O Estado de Bem-estar social abrange garantir proteção aos direitos sociais dos cidadãos e assegurar que a economia flua, supervisionada pela intervenção do Estado para que os desequilíbrios econômicos e sociais sejam minimizados.

A política de Estado interventor veio para confrontar a costumeira atuação do livre mercado ou “mão invisível”, defendida pelo teórico do liberalismo econômico Adam Smith. A ideia de que o mercado se autorregula e que o Estado deve ser mínimo possível para intervir nos assuntos econômicos veio a calhar após o *crash* da bolsa americana, mencionado anteriormente.

Mas como em determinado momento o Estado não intervém e em outro sim? Para responder de modo adequado essa questão é fundamental saber que as crises econômicas fazem parte do capitalismo, e que o Estado é o ator que deve administrar e possuir

mecanismos que possibilitem o equilíbrio econômico. De acordo com Robert Castel, o Estado Social é "garantia de uma proteção social generalizada, manutenção dos grandes equilíbrios, condução da economia e busca de um compromisso entre os diferentes parceiros implicados no processo de crescimento" (CASTEL, 1988, p.480-1).

O Estado de Bem-estar social não exclui o capitalismo, mas faz com que o Estado garanta, dentro dos moldes do capitalismo, uma estrutura de política assistencial centralizada. Dessa forma, a conjuntura mencionada em um mundo pós crise e pós-guerra exigiu uma nova forma de atuação do Estado para reconstrução econômica, política e social, a fim de promover uma integração nesses âmbitos.

Com base nesse pressuposto, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar a política de Estado de Bem-estar social através do modelo Keynesiano, bem como seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento, compreendidos no período de 1930 a 1980. Como objetivo específico, busca-se compreender os ciclos do capitalismo e o seu papel dentro de uma política de Estado. E como hipótese de trabalho, considera-se que o Estado de Bem-estar social busca assegurar equilíbrio econômico e proteção aos direitos individuais e sociais dos seus cidadãos, dentro dos moldes do capitalismo.

A partir do recorte temporal de 1930 a 1980 surge a seguinte questão: quais foram os fatores que colaboraram para que o Estado recuasse em sua política assistencial, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980?

Através da identificação desses fatores, a justificativa da pesquisa consiste em destacar o objetivo do modelo do Estado de Bem-estar social e levantar os principais pontos de sua trajetória durante o século XX. A proposta não é destacar o seu desempenho em algum Estado que já o tem como modelo, mas trazer uma análise sobre esse modelo e sua proposta econômica e de segurança social para os cidadãos.

Os autores de maior relevância sobre o assunto e que consistiram na base de informações para a pesquisa são John Maynard Keynes, Gosta Esping-Andersen, Ivana Lima, Sônia Draibe e Wilnês Henrique.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, fez-se uso do método qualitativo. E quanto ao seu objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva, por se tratar de um estudo minucioso do seu objeto, que é o Estado de Bem-estar social. O procedimento técnico é o bibliográfico por se tratar de uma revisão da literatura sobre o Keynesianismo e a política do Estado de Bem-estar social, e a técnica para coleta de dados é através de documentação indireta com base em artigos, livros e registros oficiais sobre o tema. Tais procedimentos e técnicas possibilitaram atingir os

objetivos propostos e responder à pergunta-guia desta pesquisa.

SURGIMENTO DO KEYNESIANISMO

O Estado de Bem-estar social surgiu em um contexto delicado na trajetória do século XX, em período pós-guerra. De acordo com o autor Gosta Esping-Andersen, o *Welfare State* representou um pilar para a reconstrução dos países atingidos pela crise e pela guerra:

O Welfare state, uma das marcas da "era dourada" de prosperidade do pós-guerra, significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o Welfare state foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 1).

Considerando o argumento do autor, o Estado de Bem-estar social trouxe uma nova configuração, em âmbito mundial, e proposta de tipo de governo. O *Welfare state* representou sobretudo um pacto da sociedade (principalmente entre empresários, partidos políticos, sindicatos e trabalhadores) e governo nos níveis econômico, moral e político. Os sindicatos, trabalhadores e partidos políticos renunciam à busca do socialismo e os empresários concordam em ceder parte de seus lucros via tributação e melhores condições de trabalho. O governo administra esse pacto e implementa as políticas de bem-estar social.

A base teórica, para compreensão sobre o Estado de Bem-estar social nessa pesquisa é o Keynesianismo. Advindo do economista britânico John Maynard Keynes (1982), que em sua principal obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, teceu uma crítica à auto regulação do mercado, o método pelo qual o livre mercado conduz ao equilíbrio econômico defendido pelos teóricos do liberalismo econômico, e uma resposta à crise do capitalismo sem tomar partido para os ideais extremos do marxismo.

É importante ressaltar que Keynes não foi o primeiro economista que propôs a ideia de Estado interventor na área econômica. Existiram outras vertentes e pensadores teóricos com essa proposta, como o caso da Escola de Estocolmo (uma escola de pensamento de teoria econômica, idealizada por estudiosos suecos), bem como o economista alemão Georg Friedrich List (1983 [1841]), que defendia o protecionismo estatal a favor da indústria nacional para seu crescimento e valorização. Entretanto, foi Keynes quem quantificou e demonstrou com as chamadas “políticas anticíclicas” a necessidade da atuação do Estado como interventor na área econômica. Conforme Keynes, a definição de ciclo econômico consiste em

Contudo, para ser adequada, a nossa explicação deve incluir outra característica do chamado ciclo econômico; trata-se, nomeadamente, do fenômeno da crise — o fato de a substituição de uma fase ascendente por outra descendente ocorrer geralmente de modo repentino e violento, ao passo que, regra geral, na transição de uma fase descendente para uma ascendente não há um ponto de viragem tão repentino (KEYNES, 1988 [1936], p.282).

O primeiro ponto a considerar na proposta de Keynes é saber que ele não se opunha ao livre mercado, e sim que houvesse equilíbrio entre a oferta e demanda. Também não era adepto a um domínio total do Estado, conforme a proposta marxista. Nesse sentido, o Keynesianismo se apresenta como uma doutrina do capitalismo.

De modo simples, a explicação de Keynes para o problema econômico em não fazer “a roda da economia girar” era o excesso da desigualdade econômica. Para isso não ocorrer é necessário o investimento do poder público nessa “grande roda”, como revigorar a demanda dos consumidores (DRAIBE; HENRIQUE,1988). O investimento na infraestrutura e formulação de políticas fiscais também eram parte da proposta de Keynes para o equilíbrio econômico.

Em uma perspectiva Macroeconômica de mercado, Keynes aponta alguns fatores como consumo e investimento como sendo centrais para resposta de crises econômicas, porque através destes geram-se empregos. Conforme Ivana Lima, “as formulações keynesianas afirmavam, corretamente, que a demanda a ser gerada pela renda dos trabalhadores com pleno emprego seria o antídoto para as economias em recessão” (LIMA, 2007, p.25). Dessa forma, há um aquecimento na economia porque, se há investimento, as pessoas têm emprego, logo elas consomem mais. Assim, o emprego é diretamente proporcional à soma do consumo como investimento.

Outra premissa sustentada por Keynes, sendo como uma crítica ao pensamento clássico liberal, é a poupança. Para o liberalismo econômico, poupar é uma virtude. Contudo, para Keynes, poupar significa reter recursos que poderiam ser investidos para a proporção de mais emprego e assim mais consumo, movimentando a economia, evitando desempregos e afastando a crise do mercado:

Rendimento = valor da produção = consumo + investimento. Poupança = rendimento – consumo. Portanto, poupança = investimento. [...].
Os montantes do rendimento agregado e da poupança agregada são resultados da livre escolha dos indivíduos quanto a consumir ou deixar de consumir, e quanto a investir ou não investir. Porém nenhum desses montantes poderá assumir um valor independente que resulte de um conjunto separado de decisões estranhas às que dizem respeito ao consumo e ao investimento. De acordo com este princípio, o conceito da propensão ao consumo tomará o lugar da propensão ou disposição a poupar (KEYNES, 1988 [1936], p.78).

O Estado, na teoria Keynesiana, torna-se o ator fundamental porque através dos

recursos públicos será possível injetar investimento na indústria que irá gerar emprego e assim o consumo. Desse modo, o Estado poderá organizar uma política de arrecadação fiscal que proporcione melhor qualidade de serviços para o bem-estar dos cidadãos.

A regulação do Estado na economia é necessária para que a formulação da política fiscal alcance os lucros das empresas e, assim, essas paguem mais tributos, descentralizando a concentração de renda e diminuindo a desigualdade. Conforme Keynes, “O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão ao consumo, em parte mediante o sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juro e, em parte, eventualmente, por outros meios” (KEYNES, 1988 [1936], p. 334). Para o autor, se houver um equilíbrio no mercado, com o incentivo de investimentos, crédito, redução de juros, diminuam-se as desigualdades.

Para sintetizar a proposta de Keynes, faz-se necessário compreender que a consolidação do Estado interventor na economia através de políticas fiscais e monetárias, pelo viés da teoria keynesiana, evitaria possíveis crises cíclicas que desestruturam a economia de diversos países. E em casos de crises, o Estado aparece como estabilizador e mantenedor da demanda efetiva.

A ASCENSÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Esta seção apresenta alguns fatos históricos que contribuíram para a ascensão do Estado de Bem-estar social a partir da década de 1930. Como abordado anteriormente, esse modelo de providências econômicas e valorização dos serviços públicos básicos aos seus cidadãos, carregava em sua prática os ideais keynesianos que influenciaram diversos Estados em sua reconstrução política, econômica e social no âmbito internacional.

Na sequência, aborda-se os fatores que contribuíram para o seu enfraquecimento, como a crise do petróleo e a ascensão do Neoliberalismo como modelo socioeconômico que considera o poder de decisão do Estado mínimo nos assuntos econômicos e privados, a fim de alcançar maior liberdade de mercado.

Basicamente a ascensão do Estado social se deu pela crise do liberalismo econômico na década de 1930. Entretanto, os primeiros “frutos” dessa nova política de Estado interventor foram visíveis apenas no fim daquela década.

Conforme citado anteriormente, o Estado de Bem-estar social ou *Welfare State* é um Estado benfeitor para com seus cidadãos, visando a minimização do desequilíbrio social e igualdade de direitos a todos. Foi nesse contexto que surgiram as políticas públicas.

Não há unanimidade para a definição do que vem a ser políticas públicas, mas existe uma série de autores que trouxeram a sua colaboração para a explicação desse tema. A literatura sobre o assunto é extensa e as citações são baseadas em estudos de vários pesquisadores. Conforme a autora Maria Paula Dallari Bucci, as Políticas Públicas são

[...] instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses e funcionam como um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular (BUCCI, 2001, p. 2).

Outros autores definem as políticas públicas como ações do Estado através de planejamento e programas a fim de atender as demandas de uma determinada sociedade (GORCZEWSKI; MAYER 2015). Também como um plano de governo como apoio da sociedade civil e entidades não governamentais, a fim de resolver um problema de interesse público (BRYNER, 2010).

Através desse modo de atuação governamental, o Estado de Bem-estar social viabilizou sua atuação com políticas públicas em atenção social, garantia de direitos e serviço aos cidadãos. Foi na segunda metade do século XX que os interesses sociais ganharam mais visibilidade e se consolidaram na Europa, com extensão global, principalmente pela forte atuação dos movimentos sindicalistas e pelo crescimento da atividade industrial.

A industrialização foi um fator relevante na propagação das políticas sociais, pois o investimento público na indústria ocasionou mais emprego e logo mais consumo. Pode-se citar o fordismo como forte colaborador para a ascensão do Estado de Bem-estar social:

Ford mantém o essencial do taylorismo e aperfeiçoa o método introduzindo a linha de montagem e um novo modo de gerir a força de trabalho, com destaque aos incentivos dados aos trabalhadores através de aumento dos níveis salariais (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 17).

Muitos países convergiram para os interesses de desenvolvimento econômico e tecnológico para fomentação de emprego. Diante dessa divisão social do trabalho, novas demandas de programas sociais foram crescendo como habitação, educação e saúde. A dinâmica dessas novas tendências, que antes estavam sobre a responsabilidade de instituições como a Igreja e a comunidade, se tornaram de responsabilidade estatal, a fim de garantir padrão digno de vida aos seus cidadãos: “o Estado-providência exprime a ideia de substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal” (ROSANVALLON, 1981, p.22, tradução nossa).

Existiram também algumas instituições e fatores que cooperaram para a difusão em âmbito internacional do Estado de Bem-estar social, conforme Santos (2005), como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD), decorrentes da Conferência de Bretton Woods, com medidas de estabilidade econômica dos países da Europa e dos EUA; o Plano Marshall; a Guerra Fria, por parte do país capitalista EUA com sua estratégica geopolítica de influenciar outros países para diminuição do avanço do socialismo que proporcionou políticas de incentivo financeiro para Malásia, Singapura e Taiwan, os Tigres Asiáticos; o neocolonialismo – dependência de produtos industrializados e o estímulo ao consumo. Esses são alguns fatos históricos que corroboraram para alavancar o Estado de Bem-estar social em projeção internacional.

FATORES DO ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.

Alguns fatores são relacionados à crise do Estado de Bem-estar social principalmente na década de 1970. A seguir, são destacados os principais fatores e suas características, correlacionando com o contexto histórico de atuação do Estado Social. Para melhor compreensão sobre as razões que influenciaram o enfraquecimento das ideias do Estado de Bem-estar social nesse período, torna-se necessária uma releitura dos principais fatos temporais que influenciaram no desequilíbrio macroeconômico em âmbito global. A partir disso, vários países teriam que reformular sua ordem econômica, política e social para enfrentar a crise.

Primeiramente pode se destacar uma mudança na ordem do mercado internacional devido à ascensão econômica de países como Japão e Alemanha que afetaram diretamente a supremacia americana na concorrência internacional. De acordo com Dathein (2003), outro destaque importante foi o engajamento dos Estados Unidos na Guerra Fria ocasionando elevados gastos. O resultado desses fatos no final da década de 1960 foram os déficits no orçamento americano e instabilidade na balança comercial. A instabilidade na economia americana era similar a um efeito dominó, devido sua hegemonia e influência sobre o mercado internacional e nos países em desenvolvimento.

Nesse cenário de incertezas e instabilidade econômica, o então Presidente dos Estados Unidos Richard Nixon adotou algumas medidas para tentar estabilizar a economia americana no mercado internacional. Uma dessas medidas foi a de desvincular o padrão dólar-ouro para um câmbio flutuante, desse modo desativando as medidas tratada nos acordos de Bretton Woods. Conforme posto por Dathein,

Nesta época, o marco alemão surgia como moeda forte, cada vez mais utilizada no comércio europeu. Em 1970 e 1971, o fluxo de dólares ao exterior multiplicou-se, gerando maior instabilidade e, em agosto de 1971, as reservas dos EUA caíram abaixo do nível psicologicamente crítico de US\$ 10 bilhões. Neste momento, Nixon anunciou uma série de medidas, entre elas a suspensão da conversibilidade

do dólar em ouro (DATHEIN, 2003, p. 8).

A crise do petróleo em 1973 contribuiu para uma séria instabilidade econômica em âmbito internacional. Sabe-se que o Oriente Médio é a região que possui a maior concentração do petróleo e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) detém o monopólio desse recurso natural. Por motivos geopolíticos envolvendo os Estados Unidos, Israel e os países do Oriente Médio, houve uma elevação no preço do barril de petróleo pela OPEP devido à diminuição da sua produção, chegando a ter um aumento de 400% do valor, e pelo fato da organização exigir o pagamento de todas as suas exportações em dólares (DATHEIN, 2003).

Essa medida estabelecida pela OPEP afetou diretamente a economia de países como os Estados Unidos e diversos da Europa e, conseqüentemente, refletiu em toda a economia mundial. “A performance de baixo crescimento com aceleração inflacionária e desequilíbrios financeiros dos Estados gerou um conflito entre os bens econômicos e os bens sociais” (LIMA, 2007, p.27). Desse modo, a recessão imposta realçou a realidade econômica desses países. E surgiram propostas como “enxugar os gastos públicos” para evitar o endividamento estatal, necessidade de redução de barreiras fiscais, privatizações e aumento de fluxos internacionais foram propostas trazidas pelo Neoliberalismo.

O modelo político-econômico neoliberal se fortaleceu nesse período para confrontar os ideais do Estado social e ganhou notoriedade devido à crise macroeconômica, concomitante com as mudanças sociais e políticas. Conforme a teoria neoliberal, a crise do petróleo descortinou o endividamento estatal de vários Estados ao redor do mundo que sustentavam a política keynesiana com alta arrecadação de impostos para suprir os gastos com as despesas sociais, que a longo prazo desencadeou um sobre carregamento estatal. Os gastos públicos do Estado também desencadearam grande crise inflacionária que, conseqüentemente, reduziu o poder de compra das pessoas e diminuindo o consumo. De acordo com Lima,

Os sinais de desgaste da “Era de Ouro” se acenderam quando à produtividade da mão-de-obra em vários países diminuiu, quando o sistema monetário baseado no dólar-ouro desabou, quando o déficit norte-americano se tornou febril, e quando os preços do barril de petróleo elevaram-se estratosféricamente em 1973 (LIMA, 2007, p 26).

O neoliberalismo manifestou diversas críticas ao Estado social, e defendia propostas como: o Estado deve garantir apenas os direitos básicos dos seus cidadãos, abertura para o mercado internacional, privatizações, livre concorrência, flexibilização das relações trabalhistas com a repulsa dos movimentos sindicalistas entre outros. Desse

modo, um Estado mínimo.

Para os neoliberais, a longa e profunda recessão entre 1969-1973 resultava do poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, proporcionando o aumento dos gastos/ investimentos sociais do Estado e corroendo as bases da acumulação (ALVES; ZIMMERMANN, 2009, p. 226).

Nesse contexto de crise, alguns líderes mundiais considerados conservadores, que se opunham à prática do Estado de Bem-estar social, nortearam seus ideais para o neoliberalismo. Nomes como Margareth Thatcher, Primeira-Ministra do Reino Unido, Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos, e Augusto Pinochet, ditador militar do Chile, assumiram o neoliberalismo como política econômica em seus países no final da década de 1970 (LIMA, 2007).

Do ponto de vista teórico, conforme Draibe e Henrique (1988), Milton Friedman, um respeitado economista americano, é referência dos ideais neoliberais. Sua obra mais conhecida é “Capitalismo e liberdade”, que aborda temas como liberdade econômica, o papel que o Estado deve ter na sociedade e a economia de mercado como meio de riqueza e prosperidade para uma nação:

A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das 'regras do jogo' e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos - e, por isso, minimizara extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo (FRIEDMAN, 1985 [1962], p 23).

Desse modo, Milton Friedman justificava a ação estatal para a manutenção da lei e ordem, direitos individuais e questões básicas sociais (DRAIBE; HENRIQUE, 1988). Propostas como a não regulação estatal na economia, liberdade individual e a auto regulação do mercado eram características de seu ideal de política econômica: “Qualquer intervenção no livre jogo do mercado, a instância onde reina a liberdade, é necessariamente coercitiva” (DRAIBE; HENRIQUE, 1988, p. 18).

Essas características eram evidentes na política neoliberal, que ao longo dos anos 1970 e 1980, se estabeleceu como modelo econômico para diversos Estados, principalmente por seu modo de economia aberta, livre concorrência e a globalização. Desse modo, “a partir de 1970 começam a ganhar forças as políticas de orientação neoliberal, cujo propósito eram combater as políticas de proteção social, o keynesianismo e as políticas de solidariedade coletiva” (ALVES; ZIMMERMANN, p 226, 2009).

As mudanças sociais também tiveram uma contribuição para o aumento dos gastos públicos. A introdução do trabalho feminino no mercado e o aumento da

população nas décadas advindas do pós-guerra ocasionou o aumento de gastos com a educação, como a abertura de creches e escolas para atender essa demanda. Outro fato social foi o aumento da população idosa, que demandou a atenção do Estado (ALVES; ZIMMERMANN, 2009). Nesse contexto, houve uma queda da colaboração ativa no mercado, influenciando na fragilidade econômica do período.

Vale ressaltar que o Brasil também sofreu influência das medidas neoliberais, principalmente após 1985 com o fim da Ditadura Militar e ascensão do governo democrático brasileiro. As diversas privatizações das empresas estatais e a abertura de integração comercial mudaram a dinâmica de um Estado com medidas protecionistas para um Estado neoliberal. As medidas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, consideradas um marco do período dessa transição política não foram alcançadas em sua plenitude, conforme as autoras Carina Pescarolo e Soraia Marchi:

No período de transição do governo autoritário para a democracia, os partidos políticos de esquerda e os movimentos populares acreditavam que tinha chegado o momento do Estado brasileiro saldar a imensa dívida social diante das profundas desigualdades sociais e pobreza extrema reinantes no país. Entretanto, tais anseios não se desenvolveram, nem sob a égide da Constituição Federal de 1988, que prevê inúmeros direitos sociais e da proteção da ordem social (PESCAROLO; MARCHI, p. 297, 2019).

Apesar da Constituição Federal brasileira de 1988 abranger inúmeras medidas de proteção e direitos sociais, bem característicos de um Estado de Bem-estar social, os interesses advindos do neoliberalismo foram cada vez mais evidentes no Brasil.

Todos esses fatores somaram para uma ruptura no andamento da política do Estado como regulador dos assuntos econômicos. Os ideais do keynesianismo foram confrontados e substituídos pelas práticas neoliberais, juntamente com a mudança no cenário internacional entre as décadas de 1970 e 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de medidas econômicas e sociais, a fim de promover equilíbrio econômico através do pleno emprego e, assim, proporcionar a diminuição das desigualdades sociais e o aumento do bem-estar geral dos cidadãos propostos pela teoria keynesiana, e aplicada por meio do modelo político-econômico do Estado de Bem-estar social, sofreu grande impacto com a crise financeira exposta na década de 1970.

Após a observação dos fatores que influenciaram no enfraquecimento da política de Bem-Estar Social de viés keynesiano pelos Estados entre as décadas de 1970 e 1980, foi possível verificar que as medidas econômicas implantadas pelo neoliberalismo prevaleceram na

estrutura econômica e política de diversos Estados que estavam fragilizados financeiramente pela crise, tendo sido influenciados por diversas instituições internacionais e por Estados desenvolvidos de grande influência mundial, como Estados Unidos e Inglaterra.

A hipótese de pesquisa foi corroborada, pois através do conteúdo histórico e bibliográfico exposto ao longo da pesquisa, o Estado de Bem-estar social busca assegurar equilíbrio econômico e proteção aos direitos individuais e sociais dos seus cidadãos, dentro dos moldes do capitalismo.

As medidas neoliberais ofuscaram interesses de cunho social que eram vistos como “gastos públicos de protecionismo social”, e enfraqueceram a regulação dos direitos de cidadania e serviço assistencial. A prática da intervenção do Estado na economia para garantir equilíbrio nas atividades de mercado, garantindo o consumo e, assim, o pleno emprego foi enfraquecido pelo modelo neoliberal, mas não anulado.

Em suma, o Estado de Bem-estar social, ancorado pela teoria keynesiana, perdeu sua hegemonia após um período de grande ascensão econômica do ciclo do capitalismo entre 1930 e 1980. Os problemas e as demandas sociais continuaram e não foram resolvidos pela política neoliberal com suas medidas de livre mercado, privatizações, protecionismo econômico e redução de impostos.

A partir desses fatos, esta pesquisa reconhece a necessidade de ampliar as investigações sobre os Estados que aderiram e mantiveram a política de Estado de Bem-estar social para verificar seus resultados econômicos e os direitos sociais dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, J. C. Lima, Zimmermann, C. R. (2009). **O Mito do declínio do Welfare State**. Emancipação, Ponta Grossa, 9(2): 225-232.

Braga, F. M. (1999). **Uma análise do New Deal e suas implicações**. Monografia de final de curso. Graduação em Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Bryner, G. (2010). **Organizações públicas e políticas públicas**. In: Peters, G. B. Pierre, J.(org). Administração Pública: coletânea. São Paulo: Editora Unesp.

Bucci, Maria P. D. (2013). **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva.

Castel, R. (1988). **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes.

Dathein, R. (2003). De Bretton Woods à **globalização financeira: evolução, crise e perspectivas do Sistema Monetário Internacional**. Repositório online, UFRGS, Porto Alegre.

Draibe, S., Henrique, W. (1988). Welfare State. **Crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 6 (6), 53-78.

Esping-Andersen, G. (1995). **O futuro do welfare state na nova ordem mundial**. Lua Nova, n. 35, 73-111.

Friedman, M. (1985 [1962]). **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural.

Gorczeski, C., Mayer, G. S. (2015). **Algumas considerações acerca das Políticas Públicas como instrumento de inclusão social**. In: XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Anais. Santa Cruz do Sul/RS: Universidade de Santa Cruz do Sul.

Keynes, J. M. (1982 [1936]). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas.

Lima, I. (2007). **A crise do Estado de Bem-estar social e o deslocamento da centralidade do trabalho**. Revista Científica FAESP, Paraná. v.3, 22-41.

List, G. F. (1983 [1841]). **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural.

Navarro, V. L., Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 14-20.

Pescarolo, C., Marchi, S. P. (2019). **O Estado de Bem-estar social no brasil**. Percurso, 1 (28), 286-303.

Rosanvallon, P. (1981). **La crise de l'état providence**. Paris: Seuil.

Santos, I. (2004/2005). **Da gênese à crise do Estado de bem-estar**. Cronos, 5 (6), 289-308.

Wilensky, H. L. (1975). **The Welfare State and equality: structural and ideological roots of public expenditures**. Berkeley: University of California Press.